



O PAPEL SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CORUMBATAÍ DO SUL-PR.

Claudinéia Pereira Lopes IC-Fecilcam, Pedagogia, Fecilcam,
claudineiapedagoga@yahoo.com.br

Áurea Andrade Viana de Andrade (OR), Geografia, Fecilcam, aureavgeo@yahoo.com.br
Dirce Bortotti Salvadori (CO-OR), Pedagogia, Fecilcam, dbsalvadori@hotmail.com

1. Introdução

Esta pesquisa de Iniciação Científica buscou conhecer e analisar os resultados sociais da utilização do Programa Bolsa Família (PBF), a relação Bolsa Família/criança na escola com qualidade de aprendizagem e o impacto social desse Programa em um município de baixo IDH, como é o caso de Corumbataí do Sul. Esta é uma das metas do projeto “Educação como Prática Social”, vinculado ao Programa “Universidade Sem Fronteiras” desenvolvido no município em questão. Nesta se preocupou em desvelar os resultados qualitativos nas relações ensino/aprendizagem para as crianças inseridas no PBF. Do mesmo modo, buscou conhecer as categorias: matéria, consciência e prática social, utilizadas tanto pelas famílias, quanto pelos professores das escolas públicas Municipal e Estadual para analisar o Programa.

Tendo em vista as questões propostas norteou-se por uma abordagem qualitativa da pesquisa, por meio de um enfoque histórico-estrutural, empregando o método dialético de interpretação da realidade visto que se constitui no imperativo do modo produção da vida material e social.

Partindo do princípio que a pesquisa qualitativa não admite visões parceladas, isoladas, estanques, mas se desenvolve num processo dinâmico de interação e retroalimentação, reformulando-se constantemente, optou-se pela técnica de triangulação de dados proposta pelo professor Augusto N. S. Triviños (1987, p. 138), que a explicita, conforme abaixo:

A técnica de triangulação de dados tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudos. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos.

Do mesmo modo Triviños (1987, p.54) esclarece que as categorias do materialismo histórico são: matéria, consciência e prática social. Diz ele:



[...] estas três categorias, matéria, consciência e prática social, estão intimamente vinculadas ao problema fundamental da filosofia que é a ligação entre a matéria e a idéia. E como lembramos este problema origina duas preocupações: o da prioridade e o da cognoscibilidade do mundo. E a colocação do assunto nesses termos, envolve, por um lado uma questão ontológica e, por outro, uma interrogativa gnosiológica. Ambos os problemas se constituem no centro do pensar filosófico cujas soluções são chaves para compreender a realidade natural e social.

A metodologia proposta visava a Pesquisa bibliográfica para aprofundamento de conhecimento sobre o PBF e pesquisa empírica para o reconhecimento da realidade social das famílias receptoras do Bolsa Família, bem como pesquisa empírica visando entender as categorias de análise utilizadas pelos dois grupos envolvidos (famílias – professores), por meio de entrevistas e aplicação de questionários.

2. O Estado de cidadania no Brasil

Com algum aprofundamento na análise do processo histórico percebe-se que na construção do Brasil o problema da cidadania deixou de ser encarado concretamente, tanto pela sociedade brasileira, quanto pelo Estado, pois a rigor, este último foi utilizado para a manutenção dos privilégios dos grupos sociais hegemônicos - a elite - mesmo nos momentos em que promovia, discursivamente, a cidadania para todos.

Para entender se há ou não cidadania no Brasil, a concepção de cidadania deve ser explicitada e para isso retomamos alguns conceitos básicos.

Na perspectiva de Marx o fundamento do ser social é o trabalho. É pelo trabalho que o homem se constitui enquanto tal e assim produz a cultura e a sociedade. Ao transformar a natureza o homem cria, ao mesmo tempo o seu próprio ser social. A efetiva emancipação humana é, por seus fundamentos e sua função social, algo radicalmente diferente e superior à cidadania, que é parte integrante da emancipação política.

Da análise de Marx (1998) pode-se compreender que a cidadania é parte integrante do que ele denomina emancipação política. Ele também considera a política, em sua essência, uma forma de opressão de uma classe sobre outra e afirma que a emancipação política tem seu fundamento no que ele chama de sociedade civil, ou seja, nas relações econômicas, cujas origens históricas estão na passagem do feudalismo ao capitalismo.

Para que ocorra a emancipação humana, ou seja, uma nova sociedade na qual os homens sejam efetivamente livres, é necessário que se erradique o capitalismo e todas as suas categorias, pois com a existência do capitalismo é impossível a constituição de uma autêntica comunidade humana. Assim como o ato fundante da emancipação política é a compra e venda de força de trabalho, o ato originário da emancipação humana deve ser



uma nova forma de relações estabelecidas pelos homens entre si, na produção econômica, onde as forças individuais são postas em comum e permanecem sempre sob o controle comum, porque isso permitirá o desenvolvimento real da cidadania, com cada um e todos participando de forma integral e não alienada do processo de trabalho.

Conforme menciona Carvalho (2002, p.61), o atual estado da cidadania no Brasil decorre da herança histórica, já que na construção da sociedade estiveram presentes os elementos negadores do direito a ter direitos (cidadania enquanto emancipação política e humana) o escravismo, o latifúndio, o estatuto colonial, a colonização salvacionista, etc.

Conhece-se que uma sociedade caracterizada por profunda desigualdade social, não se transforma facilmente e, em vista disso, por mais que o discurso social aponte para as frementes necessidades da classe trabalhadora, vive-se um processo real de negação dos direitos sociais, na medida em que as políticas públicas não contemplam as necessidades da população, que deriva à mênção da própria sorte, mantendo, em contrapartida, os privilégios da classe socialmente privilegiada.

Fundamentada no Estado democrático de Direito a Constituição brasileira de 1988 assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Mas este é só mais um discurso, já que seus fundamentos estão ancorados no capitalismo, no liberalismo (neoliberalismo) e na sociedade de classes. Sem profundas transformações estruturais a cidadania como “emancipação política” se manterá apenas como discurso.

Carvalho (2002) aponta em sua obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, que no Brasil ocorre uma substituição da práxis revolucionária pelo discurso revolucionário, o que permite que as transformações se manifestem apenas no plano dos discursos políticos.

Tendo em vista as constatações acima expostas é que se problematizou a função social do Programa Bolsa Família em sua capacidade de transformar a realidade, constituindo-se em caminho para a cidadania. É nesta perspectiva da discussão da cidadania que este projeto se inseriu no debate do projeto maior “*Educação como prática social*”, principalmente na tentativa de analisar, sob a perspectiva das famílias e da escola, a função social do Programa Bolsa Família, bem como as categorias utilizadas pelos sujeitos envolvidos para interpretá-lo.

3. O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é parte integrante de uma política de Estado voltada às necessidades das classes trabalhadoras, com o intuito de redistribuir renda e concretizar e permitir a realização da cidadania.

Uma das características centrais do programa é que ele procura associar a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem dois objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social, e promover a emancipação das famílias mais pobres. Uma das novidades do programa em relação a iniciativas similares anteriores foi a unificação de todos os benefícios sociais do governo federal (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) em um único programa. O objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

Apesar dos cuidados com a coleta dos dados, a imprensa nacional tem noticiado com freqüência a má verção dos recursos, apresentando situações de desvio das verbas para famílias de condições sociais mais abastadas do que aquelas a quem o programa se dirige. Por outro lado, tem-se verificado também que o programa é entendido por parte de alguns órgãos da imprensa, e mesmo de alguns segmentos da população brasileira, como assistencialista e eleitoreiro, não lhe faltando críticas.

Assim se pode constatar que não há unanimidade na apreciação ou no desagrado em relação ao PBF. Conhecendo estes dados, restava saber, no entanto, o que pensam as famílias bolsistas sobre o Programa, principalmente em um município de baixo IDH, como é o caso de Corumbataí do Sul. Qual é a função do programa sobre a educação de seus filhos? Ele contribui para atribuir uma referência de cidadania à educação dos filhos daqueles que o recebem? E a escola, o que pensa sobre o PBF? Será que contribui para a permanência da criança na escola? E para o aumento do índice de aproveitamento escolar das crianças oriundas das famílias que o recebem? A escola se preocupa em controlar a freqüência das crianças cujas famílias recebem o PBF? O Programa serve à transformação social em um município de baixo IDH como Corumbataí do Sul? Que elementos evidenciam esta transformação?

Estas foram as questões às quais se buscou responder com esta pesquisa, sem a intenção de esgotar o debate sobre o assunto, ou de dar um direcionamento às interpretações. O ponto inicial de referência, provocativo da pesquisa, fundamentou-se no conhecimento já produzido, por meio da leitura de jornais e revistas de circulação nacional, das variadas interpretações e entendimentos do PBF.

4. A Função Social do Programa Bolsa Família em Corumbataí do Sul – Pr

Segundo a Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS Corumbataí do Sul é contemplado com 425 bolsas, dados referentes ao mês 07/2009. Observa-se, no entanto, que além dessas famílias que efetivamente recebem há outras que estão cadastradas no perfil Bolsa Família, ou seja, “Famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 137,00”, totalizando 675 famílias que deveriam receber. A justificativa dos órgãos representativos é que “a cota do município está preenchida, não havendo vagas”. Essas 250 famílias que ainda não recebem o PBF ficam a mercê, na esperança que outras famílias desistam para que elas também possam usufruir desse programa.

Fato que pode ser entendido quando se observa os dados socioeconômicos do município.

Corumbataí do Sul contém uma população de 4.262 habitantes, desses mais de 40%, vivem em situação de extrema pobreza.

Na década de 1970 havia aproximadamente doze mil habitantes e em 2000 a população se resumia em pouco mais de cinco mil habitantes. Atualmente a população se resume em 4.262 habitantes dos quais 2087 rural e 2151 urbana.

Considerando a estrutura etária do município, observamos que alguns segmentos da população, em especial os idosos vem crescendo, [...] Em contrapartida a população economicamente ativa de 15 a 64 anos vem reduzindo.

[...] observamos que a população de zero a quinze anos também vem diminuindo significativamente. Isso vai refletir na taxa de crescimento geométrico do município. Enquanto a média de crescimento do Paraná é de 1,40% a de Corumbataí do Sul é negativa de -3,25.

[...]

O crescimento geométrico negativo da população de Corumbataí do Sul e a migração estão intimamente relacionados aos fatores socioeconômicos, uma vez que a base econômica é a produção agrícola. [...] mais de 80% da arrecadação do município vem da agricultura, seguido pelos setores do Comércio e Serviços e a Indústria, pouco expressiva.

[...] observamos que o índice de arrecadação do município é extremamente baixo, sobretudo nos setores terciário e secundário, que são os setores, que via de regra, mais empregam. A geração de empregos no município é problemática, necessita de mais investimentos nos setores citados e mesmo na agricultura. Estas dificuldades vão resultar nas precárias condições de vida das famílias e na mobilidade para os grandes centros urbanos.

[...] Dentre as principais atividades econômicas agrícolas do município esta a produção de café e a fruticultura, especialmente a produção do maracujá. (ANDRADE; SALVADORI, 2009).

Como se pode observar pelos dados coletados na pesquisa do grupo “Educação como Prática Social” do USF, os moradores de Corumbataí do Sul “carecem de bens de consumo, alimentação, moradia adequada, saúde, educação, lazer, trabalho” e além disso, a comparação de dados populacionais, permite que se observe a migração das famílias



para outras regiões. Portanto, o índice populacional comparado com a década de 1970, é negativo para o ano de 2009.

Esta redução também se verifica na escola, sobretudo com os jovens no Ensino Médio. Estes jovens não têm incentivos para o estudo, uma vez que também não tem perspectiva de futuro, quanto ao mercado de trabalho, tanto na área rural quanto na cidade.

Os dados socioeconômicos acima apresentados também permitem que se observe que, por ser caracterizada como uma região relevo acidentado, também é um dos fatores que dificulta e desestimula a agricultura e a pecuária empresarial, razão pela qual sobrevivem as, hoje já reduzidas, pequenas propriedades familiares, porém, mas nem todas estas propriedades produzem o necessário à subsistência, já que muitas famílias, dadas as dificuldades financeiras para trabalhar a terra, preferem buscar trabalho em outras áreas e/ou propriedades maiores.

Durante as visitas nas pequenas propriedades rurais foi possível perceber o descrédito dos produtores quanto às possibilidades de transformações de Corumbataí do Sul. Contando as experiências já vivenciadas com lavouras alternativas como o café, cultura original da região, na perspectiva de gerar trabalho e renda, apontavam as inúmeras dificuldades de manejo do solo e de custeio, relatando a frustração que estas experiências lhes provocaram.

Quanto à população residente na zona urbana, buscou-se conhecer o que pensam e como se sentem à respeito da realidade de Corumbataí do Sul, por meio de entrevistas não estruturadas com os moradores nos ambientes de comércio da cidade, na praça central, no ponto de táxi, no supermercado e com os jovens das escolas.

Por ocasião destas entrevistas constatou-se que a maioria dos entrevistados mais jovens e aqueles pais que tem filhos em idade escolar têm a intenção de buscar uma cidade maior e com mais perspectivas de trabalho para residir. Muitos se referiram à possibilidade de vir residir em Campo Mourão, outros em Barboza Ferraz, outros ainda em Centros maiores. Porém, os moradores mais idosos e cujos filhos já são adultos, a perspectiva é continuar residindo em Corumbataí do Sul “esperando que a sorte um dia mude”, e que alguém tenha uma boa idéia para transformar a realidade local.

O Produto Interno Bruto do Município, coletado em 2006, corresponde a R\$ 6.158,00 *per capita* e o Município recebe do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - o valor de R\$ 3.412.831,50. O imposto Territorial Rural – ITR recolhido no mesmo ano foi de R\$ 15.646,10. O IDH-M de Corumbataí do Sul corresponde à IDH-M: 0,678, sendo que IDH-M Renda: 0,566; IDH-M Longevidade: 0,694 e IDH-M Educação: 0,775.



Outro dado significativo do município é a redução do número de escolas municipais e estudantes da Educação Básica, já que em 1996 as estatísticas (Secretaria Municipal da Educação, 2000 e Fonte: MEC-INEP, 2006) apontam que em 1996 havia 9 escolas municipais (somente uma escola na cidade e oito escolas rurais) e 1 escola estadual. Em 2006 verifica-se a existência de 2 escolas (uma escola na cidade e uma escola rural (cuja tendência é a desativação, assim como as demais)) mantidas pelo município e 1 escola mantida pelo governo do estado. O número de estudantes das escolas municipais passou de 650 em 1996, para 369 em 2006, uma redução maior que 50% do número de estudantes.

Essa redução também ocorreu na escola estadual, de 950 estudantes em 1996, para 777 em 2006, uma redução de 22,5% do número de estudantes. Em resumo, pode verificar que em 10 anos (1996-2006) o total de estudantes das escolas públicas de Corumbataí do Sul passou de 1.660 para 1.146, numa redução de 514 estudantes.

Todas estas questões foram consideradas, em sua totalidade, dada a proposta de se trabalhar numa perspectiva qualitativa e dialética, pois só assim seria possível compreender a problemática na qual se situa o cidadão de Corumbataí do Sul e entender porque cerca de 800 famílias estão cadastradas para a recepção do PBF, bem como compreender porque os jovens se sentem desestimulados a prosseguir os estudos.

Apresentadas as questões, cumpre lembrar que se considerou nesta pesquisa que o exercício da cidadania prevê condições mínimas de subsistência, já que esta é a primeira necessidade dos homens. Daí também a importância dos dados históricos.

Para identificar o que as famílias pensam sobre o PBF foi aplicado um questionário em 13% das famílias atendidas pelo programa. No entanto, as entrevistas efetuadas permitiram levantar que a maioria delas reside na zona rural, reforçando a tese do economista professor José Eli da Veiga e dos dados divulgados pelo IBGE que a pobreza no Brasil se concentra mais na zona rural.

Conforme o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal do Brasil (MDS, 2009), o MDS têm como Missão “Promover o desenvolvimento social e combater a fome visando a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias”.

Em Corumbataí do Sul as famílias foram unânimes em afirmar que a bolsa faz uma significativa diferença em suas vidas, pois lhes permitem, desde uma melhor alimentação e o envio das crianças à escola, até a compra de roupas, calçados e medicamentos, coisa que sem o mesmo não poderiam fazer.



Pelas entrevistas pode-se constatar que as famílias na sua maioria são compostas por quatro integrantes. Oras, considerando-se a totalidade de cadastros perfil Bolsa Família - 675 famílias, multiplicando-se pela média do número de pessoas por família, se têm aí a quase totalidade da população do município, o que é um número significativo, demonstra a situação de pobreza do município.

Quando da entrevista como os pais se perguntou se eles achavam importante que seus filhos estudassem todos foram unânimes em responder que sim, completaram dizendo que estudar vai melhorar as possibilidades de seus filhos conseguirem um bom emprego e ser uma boa pessoa. Quando perguntado se prefere que seu filho trabalhe ou estude todos também foram unânimes em responder que preferiam que estudassem, mas, também acham que estudar é tão importante quanto trabalhar.

Buscou-se descobrir também se estes pais vão às reuniões escolares e se conhecem as professoras de seus filhos e aqui os resultados obtidos também contradizem o discurso da escola, pois poucos pais não conhecem as professoras de seus filhos, a maioria dos pais os conhecem e costumam freqüentar as reuniões escolares e muito poucos pais não costumam ir às reuniões justificando que trabalham no corte de cana e não dá tempo de chegar a reunião.

A preocupação em desvelar que categorias utilizam os grupos definidos para analisar o PBF se justifica pela necessidade de compreender os pressupostos teórico-práticos utilizados na ação educativa pelos professores e na compreensão dos pais, e se estes pressupostos permitem a compreensão da natureza mesma do ato educativo ou se a educação escolarizada é apenas entendida como um fenômeno extrínseco aos homens e às relações sociais e como tal, apenas uma atividade de ilustração, para ambos os grupos.

Nesse sentido, para Marx “a relação entre teoria e práxis é [...] teórica e prática; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente” (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2007, p.109). Consciente, porque voltada a um fim, que por sua vez é a expressão de cada homem (sujeito) diante da realidade.

Dermeval Saviani (1994, p.23) quando trata “Da natureza e da Especificidade da Educação”, comenta que por pertencer ao âmbito do trabalho não material a educação tem a ver com idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades, no entanto estes elementos só lhe interessam como algo intrínseco ao homem, pois “do ponto de vista da educação, ou seja, da perspectiva da pedagogia entendida como ciência da educação, esses elementos interessam enquanto é necessário que os homens os assimilem, tendo em vista a constituição de algo como uma segunda natureza”, pois o que não é dado pela



natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens.

Assim, o trabalho educativo desenvolvido como ato de produzir, intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens, pode engendrar e prefigurar o resultado de uma atividade real, prática, já que não é pura atividade da consciência. Mas, para que isso aconteça é preciso que o conjunto dos homens envolvidos não se manifeste em uma relação de exterioridade com seus diferentes atos e com seu produto, mas sim em uma relação de interioridade com eles, o fim é estabelecido por sua consciência como lei de seus atos (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007, p. 223).

Para a coleta de dados junto aos professores, além de um questionário previamente estruturado realizou-se observação participativa no decorrer de um ano e meio de atividade de formação destes professores oferecida pelo grupo de trabalho do Projeto Educação como Prática Social. Durante estas atividades, utilizando-se dos elementos mencionados no quadro do professor Triviños (1987), buscou conhecer o pensar e o fazer dos docentes, ouvindo-os, questionando-os sobre materiais, métodos e recursos didáticos utilizados em sua atividade escolar, bem como formas de estudos e registros desta atividade, experiências desenvolvidas, aprendizagens conquistadas. Buscou-se conhecer também a forma de pensar destes docentes sobre a função social da educação e do professor e se conhecem a realidade social de seus alunos e que função esta realidade social desempenha em sala de aula. Para cumprir os objetivos da pesquisa buscou-se ainda conhecer quem são os professores, os elementos que compõem a realidade na qual estão inseridos, e como os elementos desta realidade funcionam enquanto produtores de uma dada consciência e "visão" de mundo, e como esta consciência se manifesta na prática pedagogia.

Constatou-se que o município possui apenas duas escolas, uma municipal que cuida das séries iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e uma estadual que cuida das séries finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Ensino Médio. Ambas totalizam 49 docentes, dos quais 19 professores da rede municipal e 30 da rede estadual de ensino. Dos 49 professores, somente 23 responderam os questionários.

Quando perguntado como os professores avaliavam o PBF? A maioria dos professores respondeu que o PBF é muito bom, pois ajuda as famílias de baixa renda. E ainda muitos acreditam que o PBF estimula as pessoas a ficarem sem trabalho, pois recebem uma renda sem esforço. E apenas alguns disseram que o programa não representa nenhuma diferença para a sociedade.



Perguntando como eles avaliavam o PBF no município de Corumbataí do Sul? A maioria avalia que o programa ajuda as famílias de baixa renda a terem uma vida melhor e a comprar no comércio local. E o mesmo grupo que acreditam que o PBF estimula as pessoas a ficarem sem trabalho, afirmam que o programa piorou a vida das pessoas no município, pois provocou acomodação. E somente alguns acreditam que o programa não faz diferença na vida do município, pois nada muda para a cidade.

O conhecimento por parte da escola e especialmente pelos professores dos objetivos PBF é de fundamental importância, tendo em vista que esta se relaciona diretamente com as famílias podendo, portanto criando canais que levantem suas dificuldades, a fim de estimulá-las.

Sobre como eles avaliavam o compromisso das famílias que recebem o Bolsa Família com relação a educação de seus filhos? Apenas um professor respondeu que as famílias que recebem o PBF estão mais atentas à educação de seus filhos. E o restante se dividiu entre a resposta B e C, a resposta B diz que não houve mudanças significativas na atenção dos pais à educação de seus filhos, já a resposta C discorda dizendo que somente algumas famílias, mas, não todas estão mais atentas à educação de seus filhos.

Os educadores de Corumbataí do Sul em maior parte asseguram que não conhecem o Programa Bolsa Família, os que afirmam conhecer, revelam que somente por meio da mídia. Assim, pode-se verificar que a mídia apresenta parcela significativa na formação e informação dos professores.

Caso a escola, isto inclui os docentes, portassem de elementos para uma reflexão crítica sobre as Políticas de Transferência de Renda e conhecesse as condicionalidades do Programa Bolsa Família, poderiam desempenhar um papel importante junto às famílias problematizando o Programa, questionando suas condicionalidades e ampliando horizontes, pois é função da educação desenvolver reflexão crítica sobre a realidade.

Estes educadores possivelmente não sabem que um dos objetivos do Programa Bolsa Família é superar esse caráter assistencialista ao promover o alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias mais carentes; reforçando o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações.

Verifica-se também que não concebem as crianças e suas famílias como sujeitos de direito, meramente recebedores de uma ação caritativa; a escola não cumpre o papel de co-responsável pela proteção integral dos alunos cujas famílias são beneficiárias do PBF.

A consciência pedagógica envolve o processo de tornar claros os direitos e os deveres do cidadão, bem como especificar os meios para intervir na busca desses direitos e



o cumprimento dos deveres. É um movimento dinâmico das idéias e das ações, envolvendo a escola e os educadores, os líderes e os grupos sociais organizados ou que venha a se instituir, formando a nova consciência tanto dos professores/alunos quanto dos alunos/professores, ou seja, de todos os cidadãos, em direção à mudança social.

Analizados os dados coletados, pode-se concluir que as relações capitalistas engendram historicamente ações/consciências que correspondam às necessidades de sustentação do sistema e isso se manifesta em todas as relações sociais dentro e fora da escola.

5. Considerações Finais

Durante este ano de pesquisa também se acompanhou o que a imprensa nacional tem dito sobre o PBF e pode-se constatar, agora com maior capacidade de discernimento, que há duas fortes tendências que se apresentam, tanto na imprensa escrita quanto na falada, a respeito do PBF. Enquanto a esquerda política postula alicerces mais sólidos que dêem mais significado ao PBF, os neoliberais conservadores criticam-na denominando-a de política assistencialista.

Com o encerramento da pesquisa permitiu que se perceba que a dualidade de entendimentos certamente se verifica no ambiente educacional. Os professores pouco conhecem do PBF, criticam sem “conteúdo” unicamente reproduzem o discurso da grande mídia isso é preocupante, visto que a escola é lócus de conhecimento.

Como já explicitado o município detém mais de 40% de sua população em situação de extrema pobreza. Isso demonstra que deve haver uma maior preocupação dos governos nas diferentes esferas, nacional, estadual e municipal, no sentido de criar políticas públicas, que de fato atendessem à população que vive em condições subumanas.

O PBF é uma política pública de caráter emergencial, na tentativa de resolver os problemas imediatos para resolver a fome de milhares de pessoas em todo país, especialmente em municípios com baixo IDH, como é o caso do município de Corumbataí do Sul. Porém, não é suficiente para erradicar a pobreza desses atores sociais, vítimas do sistema capitalista, sobretudo da burguesia dominante. Desse modo, se houvesse melhor distribuição de renda no país, certamente esse tipo de política pública caricata não seria necessário.



6. Referências

ANDRADE, Áurea Andrade Viana de; SALVADORI, Dirce Bortotti. **Programa de extensão "Universidade sem Fronteiras: A Educação como prática social**. In: 12º Encontro dos Geógrafos da América Latina – EGAL. Montevideú, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, JOSÉ MURILO. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Corumbataí do Sul**. Disponível em www.ipardes.gov.br > acessado em 09/09/2008 às 8:30.

MARX, Karl. **O Capital: Críticas da economia política: livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto N.S; **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 1987.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciências Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1994.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.